



## A POSIÇÃO DO STF FRENTE À CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS<sup>1</sup>

Camila Giulian Brito<sup>2</sup>

Sadi Flores Machado<sup>3</sup>

### RESUMO

A Convenção Americana de Direitos Humanos, ou popularmente conhecida como Pacto de San José da Costa Rica é um tratado baseado na Declaração Universal de Direitos Humanos e o Brasil aderiu-o em 1992. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos**. 2009). Através de estudos de casos e análise de artigos verifica-se a posição arbitrária do Supremo Tribunal Federal frente ao Pacto de San José da Costa Rica. Pode-se confirmar tal crítica devido a duas principais decisões proferidas pelo STF: sobre o depositário infiel e a Lei da Anistia. A primeira decisão teve alusão à Convenção Americana de Direitos Humanos, extinguindo a prisão por dívidas, enquanto a segunda decisão afastou qualquer influência do tratado implicando, assim, a não alteração da Lei da Anistia. Por fim, o presente trabalho insere-se na área de Novos Direitos, Internacionalização e Multiculturalismo.

**Palavras-chave:** Convenção Americana de Direitos Humanos. Direitos Humanos. Pacto de San José da Costa Rica. Supremo Tribunal Federal.

### REFERÊNCIAS:

CARVALHO RAMOS, André de . **A interpretação internacional dos Direitos Humanos: choque ou diálogo com o Supremo Tribunal Federal?**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2012, v. 1, p. 281-337.

<sup>1</sup> Resultado parcial do Projeto de Pesquisa intitulado “O STF e as fontes do imaginário jurídico” , iniciado em 10/07/2014, com apoio da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA).

<sup>2</sup> Aluna da Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). E-mail: camilagbrito@gmail.com

<sup>3</sup> Professor da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: sadi.machado@fadisma.com.br



**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos.** 2009. Disponível em: <  
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=116380>>

